

UMA VISÃO SOBRE A ECONOMIA DE MACAU EM 1990

F. L. Murteira Nabo

1. Ao assumir as funções de Secretário-Adjunto para a Economia e Finanças do Governo do Território de Macau sob Administração Portuguesa em 1989 confrontei-me com quatro problemas de natureza económico-financeira, que não conhecia bem – apesar de lá viver há mais de um ano no desempenho das funções de Secretário-Adjunto para a Educação, Saúde e Assuntos Sociais – e que hoje recorro como mais relevantes, no quadro dos Acordos assinados entre a República Popular da China (RPC) e Portugal, que previam na Declaração Conjunta (DC) uma elevada autonomia do Território por 50 anos, após a data de regresso da Administração de Macau à RPC 10 anos depois (1999).

- A muito elevada dependência do Território das receitas do jogo e, por consequência, a urgente necessidade de definir uma estratégia de diversificação económica que garantisse essa autonomia nos 60 anos vindouros;
- A elevada incompreensão em Portugal sobre a estratégia que estava a ser seguida no Território pelo então Governo de Macau relativamente ao programa de infraestruturas em execução;
- A existência de um vantajoso regime de quotas de exportação no sector têxtil, muito favorável a Macau, mas onde o Território estava muito frágil por ter uma elevada debilidade estrutural do sector produtivo, além de já na época se prever a total liberalização do sector a nível mundial (o que de resto entretanto veio a acontecer);
- Uma forte escassez de mão-de-obra no Território, em resultado do elevado desenvolvimento, que então já se registava em Macau, e que obrigava a uma irregular mas desordenada importação de mão-de-obra da vizinha Zhuai.

2. Sendo Macau um Território com saldo largamente excedentário nas suas contas públicas, em resultado das elevadas receitas do jogo, a questão da necessidade de uma diversificação económica era um problema a longo prazo, dado não estar assegurada à época pela RPC, a manutenção da exclusividade da concessão do jogo a Macau após a data da transição (1999). Por isso, por precaução, entendi que se devia definir uma estratégia de diversificação económica, tendo para o efeito contratado um prestigiado gabinete de consultores internacional. Terminado o estudo – que apontava para a instalação no Parque da Concórdia, na Ilha da Taipa, de indústrias limpas de alto valor acrescentado – decidi discutir esta estratégia com as entidades chinesas que, elogiando o estudo, sugeriram que se procurasse definir uma estratégia ao nível da região do Rio das Pérolas e não apenas de Macau, visando uma estratégia de complementaridade e especialização por cidades. Para o efeito efetuaram-se várias conferências anuais em Hong Kong sobre a estratégia a seguir para a região do Rio das Pérolas, tendo ficado subentendido que no futuro a opção da RPC era a de atribuir a especialização do jogo a Macau e concentrar em Shenzhen as indústrias que pensávamos instalar em Macau.

Passados 14 anos sobre a data da transição do Território para a RPC é possível constatar que o extraordinário desenvolvimento do jogo em Macau, desde então, é o claro resultado de uma opção estratégica ao nível do governo chinês, fazendo desta forma pouco sentido a diversificação económica que em 1990 se propunha, tendo hoje, como se sabe, Shenzhen um centro de especialização em novas tecnologias dos mais importantes da RPC.

3. A estratégia de desenvolvimento que se verificou em Macau nas duas dezenas de anos que antecederam a data da transição do Território para a RPC foi muitas vezes criticada e mal compreendida – em especial em Portugal – havendo um pouco a convicção de que teria sido melhor, nos poucos anos que restavam à administração portuguesa, pouco ou nada fazer, chegando mesmo a afirmar-se o risco que haveria de, com tal estratégia, haver a possibilidade de obrigar a República a prestar garantias ou acorrer a apoios financeiros ao Território, pouco recomendáveis num momento em que Portugal se encontrava em vias de transferir a Administração do Território para a RPC.

O extraordinário desenvolvimento que se verificou em Macau após a administração do Território passar para a RPC felizmente veio confirmar que a estratégia seguida estava totalmente correta – como de resto

sempre foi entendido por Beijing! Será que teria sido possível o extraordinário desenvolvimento que se vive hoje em Macau se previamente não se tivesse investido em infraestruturas essenciais ao crescimento, como a construção do aeroporto, um mais moderno porto, uma aquisição pelo Território da Universidade e a sua profunda reforma, com um Reitor português que introduziu novos cursos em várias línguas e em parceria com várias universidades, incluindo universidades portuguesas, uma intensa formação de juizes, juristas e outros funcionários públicos de língua chinesa, uma forte aposta na qualidade de vida dos cidadãos com os projetos de desenvolvimento urbanístico, em particular da Ilha da Taipa, com uma nova ponte, a preservação da Ilha de Coloane como zona verde, uma forte política de aproximação entre as condições de vida das duas comunidades, quer em termos sociais, quer em termos de saúde, com a construção do novo hospital de S. Januário e um estreito intercâmbio com o Hospital Khiang Vu e, ainda, a política de significativo apoio às escolas primárias e secundárias de língua chinesa?

Pessoalmente sou de opinião que a implementação desta estratégia não só não criou qualquer ónus financeiro para a Republica, como se temia, como deu suporte ao atual desenvolvimento de Macau e estreitou ainda mais o bom relacionamento, sempre existente, entre o Governo da RPC e Portugal, contribuindo assim para uma transição exemplar, como foi a de Macau.

4. Havendo em Macau muitas empresas no sector têxtil, que beneficiavam do regime de quotas de exportação para vários países, em especial para os Estados Unidos, na realidade o valor acrescentado em Macau era muito baixo, pelo que foram levantadas dúvidas pelos Estados Unidos sobre o regular funcionamento do sector no Território. Sendo um sector estratégico – o mais importante a seguir ao jogo – houve que fazer tudo para convencer os países importadores sobre a legalidade das operações e, desta forma, preservar o volume de exportações têxteis de Macau, o que felizmente se conseguiu. Mas impunha-se uma estratégia industrial que evitasse situações de dúvida e, o que se fez, foi incentivar os industriais a aumentarem o valor acrescentado retido no Território. Foi por isso autorizada a instalação em Macau de algumas fábricas vocacionadas para dar uma maior autonomia ao Território no sector têxtil, o que se terá verificado até à data da liberalização do sector a nível mundial. Terá sido a situação mais difícil que tive de procurar solucionar em Macau durante toda a minha estadia naquele Território.

5. Tendo Macau uma população residente pequena – não ultrapassava o meio milhão de habitantes – e havendo um enorme crescimento económico no Território, havia logicamente questões relacionadas com a escassez de mão-de-obra. No sentido de evitar a entrada clandestina de mão-de-obra, vinda especialmente do território vizinho de Zhuai, foi criado um sistema de licenciamento, o que obrigava a uma permanente negociação entre as Associações Empresariais e os Sindicatos, por forma a evitar que a elevada procura de mão-de-obra não provocasse um aumento desequilibrado dos salários. Foi uma experiência de concertação de que guardo saudades, não só pelo bom ambiente de conciliação em que a concertação era feita, como também pela sua elevada eficácia. Evidentemente que, anos depois, a passagem da Administração do Território para a RPC, veio criar melhores condições para ultrapassar este crítico problema, como naquela época a elevada aposta no ensino realizado em Macau, a todos os níveis, de certa forma, o foi atenuando.

6. Em conclusão, os cerca de três anos e meio que vivi em Macau, quer como Responsável pela educação, saúde e assuntos sociais, quer como Secretário-Adjunto para a economia e finanças e ainda como Encarregado do Governo, foram anos em que aprendi a conviver com uma cultura muito rica e diferente da cultura europeia, o que me trouxe uma experiência que tem sido bastante útil na minha vida profissional após o meu regresso a Portugal. A cultura chinesa ensinou-me que é tão importante decidir como implementar, que a sã amizade é uma questão-chave para o sucesso, que a disciplina e a paciência são peças essenciais para se atingirem os objetivos traçados e, finalmente, que a perda da prática de certos atos de cortesia – que no ocidente é infelizmente já comum – é algo que devíamos recuperar em Portugal e no ocidente

A cultura chinesa tem uma memória intemporal que surpreende. Jamais esquecerei que vinte anos após a minha partida de Macau, fui gentilmente Doutorado *Honoris-Causa* pela MUST – Macau University of Science and Technology. Esta cortesia só demonstra que a amizade que tenho pela comunidade chinesa de Macau é retribuída. Ainda bem porque muito me honra, como muito me orgulho por ter desempenhado funções governativas do Território de Macau.

Lisboa, 15 de Novembro de 2013